

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

CONTRAÇÃO DE DOENÇA PROFISSIONAL

Tribunal

TST

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA — EMBARGOS À EXECUÇÃO PELA RECLAMADA - EXCESSO DE

EXECUÇÃO - PENHORA - ART. 884/CLT, §§ 1º E 3º

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DAª VARA DO TRABALHO DE SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES Autos nº , já qualificado nos autos supra citados, de Reclamação Trabalhista, que lhe move , por sua procuradora "in fine" assinada, com escritório profissional na Rua , -º andar, ,/....., onde recebe intimações e notificações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos em epígrafe, apresentar EMBARGOS À EXECUÇÃO, pelas razões a seguir expostas: DO CABIMENTO DOS EMBARGOS Como se demonstrará nas razões que se seguem, está havendo "excesso de execução", justificando a apresentação dos presentes Embargos, consoante o artigo 884, parágrafos 1º e 3º da CLT. O Juízo encontra-se totalmente garantido pela penhora efetuada em de de , no valor de R\$, conforme cópia anexa do Auto de Penhora e Avaliação. II - DO EXCESSO DE EXECUÇÃO DOS VALORES DEVIDOS "Data venia", os valores apurados encontram-se totalmente equivocados, restando portanto indevidos, conforme se passa a argumentar: SINOPSE O Reclamante apresentou seus cálculos de liquidação em , no importe de R\$, devidamente atualizado até (fls. 168/233). O Reclamado, por sua vez, apresentou seus cálculos de liquidação em , no importe de R\$ O Sr. Perito apresentou cálculos no importe de R\$, conforme fls. 252/263. O Sr. Perito do juízo, apresentou cálculos no importe de R\$ Os cálculos do contador restaram homologados, sendo que a penhora foi efetuada sobre R\$ 1. JUROS DE MORA O Banco Reclamado encontra-se sob intervenção do Banco Central desde Desta forma e em conformidade com o Enunciado 304 do TST, os juros moratórios devem ser excluídos do cálculo do Perito, ou caso não seja este o entendimento do Juízo, devem ser limitados a data de decretação da intervenção. Neste caso, o percentual dos juros é proporcional a 471 dias (ajuizamento 12.12.95 - intervenção - 26.03.97 = 142 dias), o que resulta em 14,70 % e não 26,03%, como pretende o expert. REQUERIMENTOS FINAIS Assim requer o Reclamado, não lhe seja tolhido o direito de cumprir a legislação vigente, devendo, portanto, ser deferido os juros moratórios limitados a data da decretação da intervenção. Conforme cálculo do Reclamado, o valor devido ao Reclamante até é R\$ Salienta-se que o cálculo do Reclamado de fls. 243/249, é parte integrante dos presentes Embargos. Nestes Termos Pede Deferimento. de de OAB/.....